

Lauro Mattei¹

Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006

Introdução

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 com o objetivo de estimular a expansão da agricultura familiar no país. Tal política se disseminou rapidamente por todas as grandes regiões, e atualmente encontra-se presente em quase todos os municípios brasileiros.

A criação do referido programa atendeu, de certa forma, a uma antiga reivindicação das organizações dos trabalhadores rurais, que demandavam a formulação e a implantação de políticas de desenvolvimento rural específicas para a agricultura familiar, considerado o maior segmento numérico da agricultura brasileira, porém o mais fragilizado em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Deve-se ressaltar que neste processo os atores sociais rurais desempenharam um papel

¹ Lauro Mattei é professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail:mattei@cse.ufsc.br.

decisivo na concretização do programa, uma vez que o mesmo permitiria o acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional que tradicionalmente eram negligenciados aos agricultores familiares.

Ao mesmo tempo, a criação do PRONAF representou a legitimação, por parte do Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola, bem como designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência.

Em outras passagens destacamos os principais fatores que, durante a década de 1990, foram decisivos para mudar os rumos das políticas de desenvolvimento rural. Resumidamente, pode-se dizer que, por um lado, o movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT), a partir da década de 1990, ampliou suas reivindicações por meio das “Jornadas Nacionais de Luta” e dos “Gritos da Terra Brasil”, momentos em que ganhou relevância a luta por uma política agrícola específica.

Por outro lado, os estudos realizados conjuntamente pela FAO e pelo Incra entre 1992 e 1994 definiram com maior precisão conceitual a agricultura familiar e, mais ainda, estabeleceram um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos grupos de agricultores familiares. É notório e consensual entre os analistas que esses estudos serviram de base para as primeiras formulações dessa nova política pública.

Do ponto de vista operacional, o programa concentra-se em quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, apoiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de infraestrutura e serviços básicos; c) capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) financiamento da pesquisa e extensão rural: alocação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

A modalidade denominada Financiamento da Produção – que comporta os recursos para custeio e investimentos – está voltada ao apoio financeiro dos agricultores familiares segundo cinco categorias de beneficiários.² Tal categorização identificou distintos grupos de agricultores familiares de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Essa classificação diferenciada dos agricultores permitiu que as regras de financiamentos fossem mais adequadas à realidade de cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam auxiliar mais aquelas parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

Nos primeiros anos da década atual ocorreu um movimento de consolidação do programa em duas direções: por um lado, o

² Essas categorias de beneficiários foram definidas pela Resolução 2.629, de 10/8/1999, a qual passou a integrar as normas gerais do Manual de Crédito Rural.

volume de recursos disponibilizados anualmente cresceu de forma consistente, sobretudo a partir da safra agrícola de 20/2/2003; é por outro, o número de agricultores beneficiados por essa política pública atingiu patamares nunca vistos no país.

Além disso, mais recentemente foram realizadas algumas alterações nas regras de funcionamento do programa, especialmente a ampliação do limite de área para seis módulos fiscais nos sistemas de produção com predomínio da atividade pecuária e a mudança na forma de cálculo da renda bruta dos estabelecimentos com atividades agroindustriais. Essas modificações visavam ampliar ainda mais o número de agricultores familiares que poderiam usufruir os diferentes benefícios do programa, facilitando particularmente as condições de acesso ao crédito aos agricultores familiares que, ao longo do tempo, haviam sido excluídos da política de crédito rural do país.

Com isso, em dez anos, o PRONAF se transformou em uma alternativa concreta para diversos segmentos da agricultura familiar brasileira. Durante esta curta trajetória foram promovidas diversas mudanças institucionais que ampliaram a capilaridade desse tipo de política pública, tanto nacional como regionalmente, verificando-se um aumento dos contratos efetuados, do volume de recursos utilizado e das principais categorias de agricultores beneficiados. Esse processo certamente teve efeitos positivos sobre o desenvolvimento da agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à participação deste setor na promoção de melhorias nos indicadores socioeconômicos do meio rural brasileiro.

Passado o primeiro decênio da implantação dessa política pública, sabe-se da existência de uma grande quantidade

de análises e avaliações acadêmicas sobre o programa realizadas por instituições de ensino e de pesquisa do país. Tais documentos, além de abrangerem temáticas muito distintas e terem sido desenvolvidos a partir de interesses espontâneos da comunidade acadêmica, encontram-se dispersos nos diferentes canais e instrumentos de publicação e divulgação existentes.

Para tanto, o objetivo deste estudo foi sistematizar a produção acadêmica existente sobre o PRONAF entre 1996 e 2006, abrangendo artigos técnicos e científicos publicados em congressos e em periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisas e outros materiais técnicos relativos ao programa. Desta forma, o artigo contém mais três seções, além desta introdução. Na primeira delas são explicados os procedimentos metodológicos utilizados para classificar todos os materiais catalogados bem como os critérios adotados para distinguir os diferentes tipos de produção acadêmica. Na segunda seção é apresentado o mapa da produção acadêmica sobre o programa no país, com ênfase nos principais grupos temáticos de materiais catalogados e na distribuição geográfica e temporal das publicações. Finalmente, a terceira seção contém as considerações finais do trabalho, destacando os avanços e os obstáculos realçados pelos estudos sistematizados.

Procedimentos metodológicos

A compilação do conjunto de informações presentes neste artigo deriva da busca de materiais em acervos bibliográficos disponíveis na Internet, consultas às bibliotecas de universidades e coleta de trabalhos em anais de congressos científicos que tratam da temática

do desenvolvimento rural e das políticas públicas. Além disso, consultou-se o banco de teses e o portal de periódicos da Capes, sítios de associações científicas, como é o caso da SOBER, ANPEC, ANPOCS e SEP, bem como contatos com instituições de pesquisa e organizações não governamentais.

Inicialmente adotaram-se alguns critérios para selecionar os materiais sistematizados. Em primeiro lugar, foram catalogados os trabalhos científicos apresentados em congressos, trabalhos publicados em periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em seguida, outros trabalhos que não possuíam o mesmo rigor científico foram analisados e incorporados ao conjunto do material selecionado à medida que traziam alguma contribuição analítica sobre o programa. Já os relatórios de pesquisas existentes foram todos catalogados considerando-se que são trabalhos que estão disponíveis e circulam entre os agentes de desenvolvimento rural.

Dessa forma, o mapeamento de todo o acervo bibliográfico sobre o programa foi formado a partir de três grupos temáticos de publicações, a saber: dissertações de mestrado e teses de doutorado, artigos científicos apresentados em congressos e publicados em periódicos e relatórios técnicos de pesquisas. Obviamente que nesta etapa foram descartados alguns trabalhos que, a despeito de sua qualidade e de possíveis correlações com o tema, não se adequavam precisamente aos objetivos deste mapeamento.

Após a coleta de todos os materiais disponíveis dos três grupos de publicações, os mesmos foram sistematizados a partir de linhas temáticas que mais se relacionam com as atividades desenvolvidas pelo programa. Neste caso,

adotou-se como parâmetro classificatório a separação dos documentos em sete linhas temáticas: crédito e financiamento da produção, participação e gestão social, instituições, infraestrutura e serviços, avaliações do programa, estudos sobre mais de uma linha temática relativa ao programa, e assuntos gerais. Devido ao grande número de trabalhos encontrados, esta opção facilitou a organização dos materiais, especialmente dos artigos científicos. Mesmo assim, muitos trabalhos acabaram ficando classificados como “assuntos gerais”, uma vez que não se identificou claramente uma das linhas temáticas específicas anteriormente mencionadas.

Finalmente, deve-se registrar que a dimensão do estudo não é totalmente precisa, tendo em vista que muitos estudos realizados nos últimos anos ainda não estão disponíveis ou estão com sua circulação restrita. Decorre daí o seu caráter preliminar e exploratório, cujos resultados mais visíveis não fogem ao esboço de um primeiro mapeamento da produção científica existente sobre o PRONAF em dez anos, conforme veremos na seção seguinte.

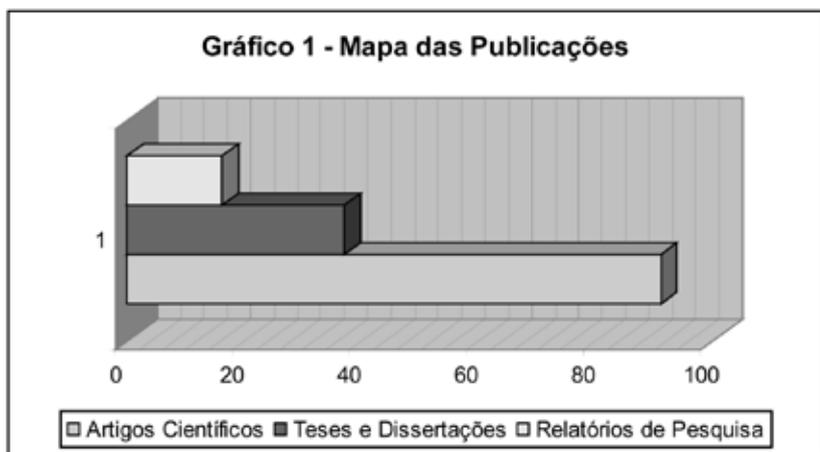
Resultados e discussões: mapas dos estudos sobre PRONAF no Brasil

O levantamento geral identificou e catalogou 144 trabalhos técnicos e científicos realizados pelos mais diversos pesquisadores e analistas de políticas públicas do país. Destaca-se a grande relevância da produção acadêmica sobre a breve história do programa, uma vez que do total dos artigos elaborados (91), grande parte deles foi apresentada em congressos científicos de várias áreas acadêmicas e técnicas, além de já terem sido defendidas

37 dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre esta nova política pública.

Esse conjunto de dados revela a expressiva atenção acadêmica voltada a este tipo de política pública, considerando-se que o PRONAF tem apenas dez anos de existência. É exatamente essa perenidade que faz do programa um grande laboratório analítico e, ao mesmo tempo, o transforma na grande novidade como ação pública voltada à promoção de melhorias nas áreas rurais do país.

O Gráfico 1 apresenta toda a produção sobre o PRONAF de forma agregada nacionalmente, de acordo com o tipo específico de produção. Assim, percebe-se que os artigos científicos predominam nesse processo, perfazendo 63% de toda a produção sistematizada. As teses e dissertações respondem por 26% do material catalogado, enquanto os relatórios de pesquisa respondem pelo restante, ou seja, 11% do total dos estudos sistematizados.

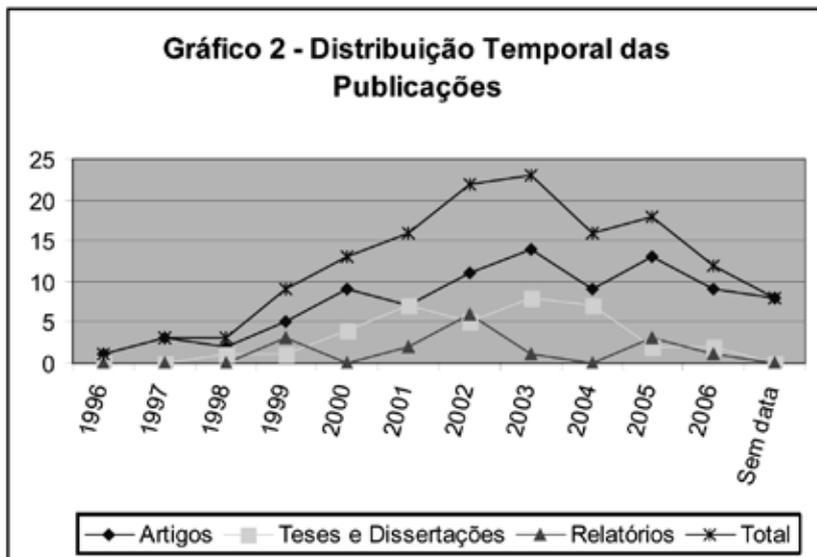


Do ponto de vista das teses e dissertações deve-se registrar que, devido a este tipo de publicação ser mais denso em termos de conteúdo e de rigor científico, comparativamente aos artigos e também aos relatórios de pesquisa, há uma expansão desse tipo de publicação, especialmente das dissertações de mestrado, que respondem por quase 90% deste grupo classificatório de material acadêmico.

É importante registrar, ainda, que esse tipo de publicação (dissertações e teses) apresenta boa distribuição geográfica, uma vez que foram realizados estudos em 12 unidades da federação, seja de forma agregada ou através de casos específicos em algumas localidades dessas unidades da federação.

O Gráfico 2 apresenta a distribuição temporal de todas as publicações por grupos e linhas temáticas, segundo os critérios classificatórios dos materiais. Inicialmente deve-se registrar que a catalogação das publicações referentes ao ano de 2006 está limitada ao mês de agosto, o que explica a inflexão brusca visualizada. Além disso, o quesito “sem data” refere-se a alguns materiais que não possuem a data exata de sua elaboração.

Em termos da produção agregada, nota-se que a grande expansão ocorreu entre os anos de 2000 e 2003, sendo que este último foi o que apresentou o maior número de trabalhos produzidos (23) em todo o período de existência do programa. Em parte isso se justifica pelo fato de que naquele momento já se tinha grande quantidade de elementos disponíveis acerca da nova política pública. Mas deve-se considerar, também, que diversas contradições apontadas pelos trabalhos iniciais foram sendo aperfeiçoadas pelo programa, o que explica a redução de determinados tipos de publicações após o período acima mencionado.

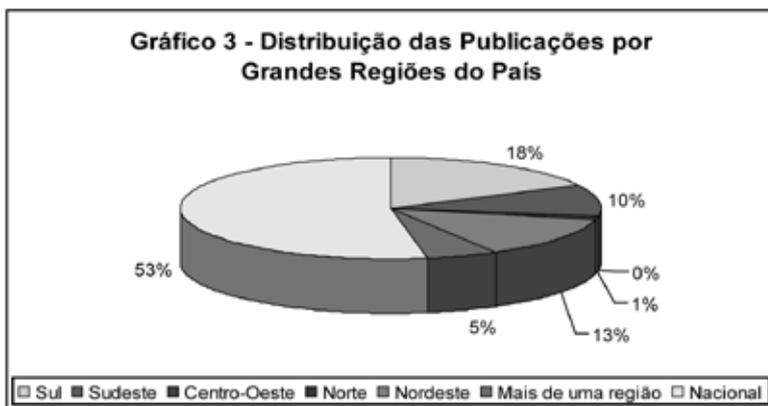


A distribuição temporal da produção é um pouco distinta entre os diferentes grupos temáticos de materiais. Assim, nota-se que os artigos científicos vêm apresentando uma produção contínua e crescente, especialmente a partir do ano de 2000, quando ocorreu uma contínua expansão de produção e publicação de artigos, com o seu auge atingido em 2003, ano em que foram produzidos 14 artigos sobre o programa. Deve-se ressaltar que grande parte desses trabalhos foi apresentada em congressos científicos, especialmente nos congressos promovidos pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober). Essa tendência de expansão da produção de artigos científicos nos últimos anos demonstra o interesse que diversos setores acadêmicos e para-acadêmicos vêm dando ao programa e também indica a consolidação desse campo de investigação científica.

Já as dissertações de mestrado e teses de doutorado apresentam uma produção concentrada entre os anos de 2001 e 2004, período que responde por 73% de todos os materiais catalogados neste grupo temático. Registre-se, ainda, que o auge de produção desse tipo de estudos ocorreu em 2003, quando foram produzidos oito trabalhos científicos.

Finalmente, os relatórios de pesquisa catalogados também apresentam uma concentração no tempo, sendo que parte deles corresponde aos anos de 1998-1999 e outra parte aos anos de 2001-2003. Neste último período foram registrados mais de 50% dos relatórios de pesquisa sistematizados.

O Gráfico 3 apresenta a distribuição do conjunto das publicações catalogadas por grandes regiões do país, além daqueles estudos cuja dimensão abrange mais de uma região. Especificamente em relação a este último tipo de estudos, os documentos foram catalogados dessa forma porque normalmente são trabalhos sobre um determinado aspecto do programa, como é o caso do crédito rural, por exemplo, que é discutido de modo agregado para o país. No entanto, apenas 7% de toda a produção catalogada enquadram-se nessa situação. O restante foi possível distribuir precisamente nas demais grandes regiões geográficas.



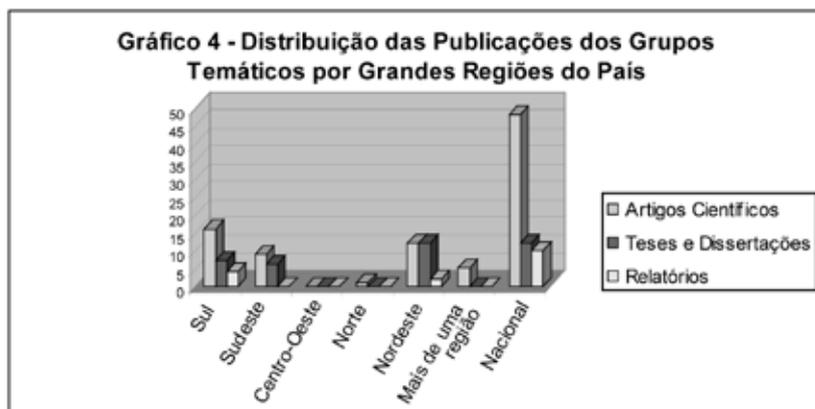
Em termos regionais, observa-se que os estudos estão distribuídos quase que proporcionalmente entre duas regiões (Sul e Nordeste), com um ligeiro predomínio da primeira região, sendo que ambas respondem por 72% de todo o material produzido. Na verdade, os trabalhos espelham bastante a inserção do programa nesses espaços geográficos, os quais concentram a grande maioria das unidades familiares de produção.

Deve-se registrar que inicialmente os trabalhos tiveram uma maior concentração na região Sul, sendo expandidos posteriormente para as demais regiões do país. Este comportamento, em parte, é explicado pela própria dinâmica do programa, que teve, nos primeiros anos de sua existência, forte concentração de ações e recursos na região Sul do país.

Além disso, outros fatores também devem ter contribuído para que nos primeiros anos de implementação do programa os estudos se concentrassem mais no Sul. Uma hipótese é que nesta região já existiam grandes articulações entre representações dos agricultores familiares e grupos de pesquisadores e estudiosos devido aos movimentos em defesa da agricultura familiar ocorridos nos anos de 1980, especialmente na questão da luta pelo crédito rural. Assim, quando a política pública reivindicada por este segmento específico de produtores começa a ser implementada, imediatamente surgem as primeiras análises técnicas da mesma.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição das publicações, segundo os grupos temáticos, pelas grandes regiões do país. Na região Sul, nota-se um forte predomínio da produção de artigos científicos sobre os demais grupos, embora se ressalte que o número de teses e dissertações (7)

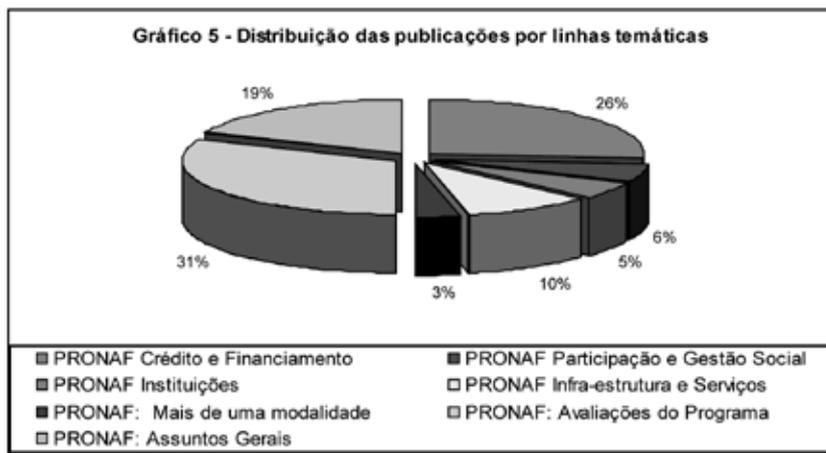
é bem expressivo, sendo menor a participação do grupo temático relativo aos relatórios de pesquisa.



Já na região Nordeste, observa-se que o número de teses e de artigos é muito semelhante, sendo pouco expressiva a participação do grupo “relatórios de pesquisas”.

O Gráfico 5 mostra a distribuição da produção agregada pelas sete linhas temáticas adotadas na catalogação dos estudos. Ressalta-se que a linha “assuntos gerais” diz respeito aos trabalhos que não têm um assunto especificamente definido, mas que tratam de diversas dimensões do programa. As informações registradas revelam uma grande tendência da produção acadêmica de se concentrar no quesito geral “avaliações do programa” sem especificar com mais detalhes os assuntos. Neste caso, nota-se certa disposição dos estudiosos de focalizar suas atenções no conjunto dos itens que fazem parte do programa, derivando daí uma análise geral da própria política pública de apoio à agricultura familiar. Assim, nessa linha temática foram catalogados 45 trabalhos, o que corresponde a 32% de tudo o que foi produzido no período considerado.

No geral, essas avaliações procuram demonstrar, por um lado, a importância desse tipo de política pública para um setor que sempre foi deixado à margem das políticas de desenvolvimento rural do país e, por outro, apontam problemas e inconsistências da mesma. Registre-se que alguns trabalhos avançam no sentido de proposições que visam aperfeiçoar o arcabouço geral do programa.



Já do ponto de vista da linha temática relativa ao crédito as análises são mais focalizadas e precisas. Neste caso, foram sistematizados 38 estudos que tratam especificamente do tema enquanto instrumento relevante de apoio às unidades familiares de produção, além de ser considerado uma importante forma de inclusão social, uma vez que permite aos segmentos que fazem parte da agricultura familiar ter acesso aos mercados de produtos e bens agrícolas, os quais eram proibitivos para uma parcela significativa de agricultores antes da existência do programa.

Por sua vez, os estudos catalogados como “assuntos gerais” remetem a um conjunto de temas relacionados

à agricultura familiar como instrumento de promoção do desenvolvimento rural e, mais recentemente, do desenvolvimento territorial. Assim, nesta linha temática encontram-se desde trabalhos que destacam o papel da agricultura familiar na promoção do desenvolvimento rural sustentável até trabalhos que analisam o PRONAF como uma política de combate à pobreza rural. Neste caso, a discussão de custos e benefícios aparece como uma variável relevante, em termos de políticas voltadas à promoção da sustentabilidade.

A temática “infraestrutura e serviços municipais” é outra linha que mereceu bastante atenção dos estudiosos, sendo constatada a existência de 14 estudos específicos nesta esfera de intervenção do programa. Deve-se registrar, entretanto, que grande parte dos trabalhos abrange o período entre 1997 (quando esta linha entrou em funcionamento) e 2003 (quando sofreu alterações e passou a fazer parte da política de desenvolvimento territorial, com características diferentes daquelas que vinham sendo seguidas até aquele ano).

A linha temática “participação e gestão social” também mereceu preocupação dos pesquisadores e estudiosos do programa, porém em menor quantidade, considerando-se que foram catalogados apenas oito trabalhos sobre a mesma. Em parte, essas preocupações com a temática dizem respeito aos mecanismos inovadores introduzidos pela política pública. Em função disso, a maior parte dos trabalhos procurou concentrar suas atenções sobre o funcionamento desses mecanismos e as necessidades de mudanças e aperfeiçoamentos.

Finalmente, a linha temática “instituições”, com um número bem menor de trabalhos (7), não deixou de receber

atenção dos pesquisadores. Neste caso, deve-se registrar que o foco das atenções analíticas recaiu sobre a inovação institucional do programa, especialmente aqueles aspectos relativos ao funcionamento dos conselhos municipais de desenvolvimento rural que passaram a ter um papel decisivo na condução do programa.

O Gráfico 6 apresenta essas mesmas publicações por linhas temáticas, segundo os três grandes grupos temáticos. Na linha “avaliações do programa”, nota-se que, dos 45 trabalhos catalogados, 26 são artigos científicos, 11 são dissertações e teses e oito são relatórios de pesquisa. Isso significa que o processo de avaliação geral do programa está sendo contemplado pelos principais tipos de produção acadêmica.



Já os trabalhos relativos à linha “crédito e financiamento da produção” (38) são classificados, em sua grande maioria, como artigos científicos, sendo poucas as teses e dissertações sobre o tema. Em parte, esse comportamento pode ser explicado pela lógica desses artigos, que normalmente privilegia a análise das informações

disponibilizadas pelo próprio programa, especialmente no que diz respeito aos dados sobre operações de crédito de custeio e de investimento. Registre-se que esses dois tipos de operações atualmente se transformaram no carro-chefe da política de apoio à agricultura familiar.

Do ponto de vista da linha “infraestrutura e serviços municipais”, nota-se que há uma melhor distribuição dos trabalhos entre os três grupos temáticos, ou seja, neste caso verifica-se maior presença das teses e dissertações bem como dos relatórios de pesquisa. Especificamente neste último caso, deve-se registrar que grande parte das pesquisas relativas a essa área de atuação do programa foi encomendada pelos próprios gestores do mesmo, visando aperfeiçoá-lo no tempo.

Finalmente, a linha temática “assuntos gerais” teve uma participação expressiva, tanto do grupo “artigos científicos” como de “dissertações e teses”, ressaltando-se que os trabalhos deste último grupo temático abrangem diversos aspectos da nova política pública. Entretanto, muitas dessas teses e dissertações não têm o programa como eixo de análise, mas a partir dele procuram analisar questões relativas ao mundo rural e ao desenvolvimento sustentável.

Além das abordagens anteriores, é possível, ainda, organizar as informações agregadamente por linhas temáticas segundo as grandes regiões do país. Assim, dos 38 trabalhos da linha temática “crédito e financiamento”, nota-se que 46% deles são de caráter nacional, 23% dizem respeito à região Sul e 13% ao Nordeste. O restante se refere às demais regiões.

Dos 45 trabalhos que tratam de “avaliações do programa”, 60% deles têm abrangência nacional, enquanto outros 22%

dizem respeito à região Nordeste. O restante distribui-se pelas demais regiões do país.

Já dentre os 14 trabalhos sistematizados na linha “infraestrutura e serviços municipais”, observa-se que 43% deles são de abrangência nacional, ao passo que 36% dizem respeito à região Sul do país.

Finalmente, os trabalhos relativos à área temática “assuntos gerais” também apresentam uma dimensão nacional predominante (52%), enquanto as regiões Sul e Nordeste respondem cada uma delas com 22% dos trabalhos sistematizados.

Resumidamente esse é o quadro geral dos estudos sobre o PRONAF sistematizados e catalogados neste artigo. De certa forma, percebe-se que, ao longo dos últimos dez anos, esse programa foi uma das políticas públicas mais discutidas e avaliadas em todo o país. Este fato, por si só, já é um reconhecimento da importância de uma política dessa natureza para a promoção do desenvolvimento rural brasileiro. Em parte, é isso que muitos dos trabalhos acadêmicos têm demonstrado. Todavia, registre-se que a maioria deles não se esquivou de apontar lacunas e de sugerir mudanças ao programa, visando aperfeiçoar ainda mais as ações implementadas em cada uma das diferentes modalidades existentes atualmente.

Principais conclusões

A sistematização do debate geral sobre o PRONAF mostrou a existência de grande quantidade de materiais sobre o programa bem como de análises, sejam elas positivas ou negativas. Além disso, foi identificado um conjunto variado de questões relativas a essa nova

política, especialmente nos quesitos relacionados com o processo de implementação da mesma e com os avanços e obstáculos presentes nesta breve trajetória.

De um modo geral, observaram-se diversos consensos entre os analistas das distintas regiões do país, tanto daqueles que destacam os aspectos positivos da política como daqueles que abordam os aspectos negativos ou os problemas enfrentados ao longo dos anos. Deve-se registrar que muitos problemas recorrentes em diversos estudos, especialmente aqueles identificados nas primeiras avaliações sobre o programa, foram sendo eliminados com o passar dos anos, tendo em vista o processo constante de ajustes a que esse tipo de política está submetido.

Tal processo de contínuos ajustes gera certas instabilidades na própria condução da política, mas ao mesmo tempo conforma certa coalizão de atores sociais, públicos e privados, ao redor da definição de um projeto adequado para a agricultura familiar do país. De certo modo, isso acabou de se explicitar no reconhecimento oficial do Estado, ao transformar em lei (Lei 11.326, de 24/7/2006) os anseios do setor familiar. Com a referida lei, a categoria dos agricultores familiares, além de ser reconhecida legalmente, passa a ter garantido o direito às políticas públicas diferenciadas que deverão estar articuladas em um Plano Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, o que por si só coloca o PRONAF em uma posição ainda mais destacada.

Após dez anos de implementação do programa, é consenso entre analistas que a agricultura familiar, devido ao tratamento mais adequado que vem sendo dispensado ao setor pelos órgãos públicos, passa a ter reconhecimento também em outras esferas da sociedade brasileira, não

somente em função da expressão econômica e social, mas fundamentalmente porque a agricultura familiar é um sistema produtivo que promove a inclusão social no cenário produtivo do país.

Desta maneira, é possível sintetizar as principais questões apontadas pelos estudos em dois blocos distintos, os quais fornecem um quadro evolutivo do PRONAF, em termos de análises e avaliações com a perspectiva de identificar avanços e limitações do programa.

Principais avanços identificados pelos estudos

Do ponto de vista geral, os estudos apontaram diversos elementos considerados como responsáveis pela credibilidade do programa junto à sociedade. Um primeiro ponto diz respeito ao processo de descentralização das políticas públicas, no qual se buscou fortalecer o protagonismo das esferas regionais e locais como forma de combater a ineficácia dessas políticas. O PRONAF estimulou esse processo de descentralização ao criar mecanismos e instituições que visavam aproximar os diferentes atores envolvidos com esse tipo específico de política.

Assim, ao longo dos últimos dez anos foram sendo criadas organizações, instâncias de representação e outras formas de tomada de decisões que, além de aproximar as esferas nacional, estadual e local, criaram também canais de participação para a sociedade civil expressar seus interesses e participar da elaboração e implementação da nova política pública.

Por meio dos conselhos municipais, os agricultores e outros agentes locais de desenvolvimento passaram a ter voz no

debate sobre os programas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar. Com isso, a gestão social da política aparece como um segundo elemento importante destacado por vários estudos, uma vez que os processos tornam-se mais representativos e democráticos.

Nessa lógica, verifica-se que o programa procurou estimular a participação dos beneficiários nas tomadas de decisões como forma de criar uma cultura de participação política que, paulatinamente, fosse capaz de discutir e propor diretrizes necessárias à formação de um modelo de desenvolvimento rural sustentável ancorado na agricultura familiar.

Um terceiro elemento destacado positivamente pelos estudos é o avanço verificado nas articulações entre os diferentes atores sociais envolvidos com o programa, gerando-se sinergias entre esferas públicas locais e organizações da sociedade civil, com o estabelecimento de ações de complementaridade entre elas que visam romper com o isolamento tradicional das comunidades rurais.

Nessa lógica, diversos estudos apontam que o programa influenciou positivamente o tecido social das localidades, estados e regiões ao estimular o associativismo, cooperativismo e outras formas cooperadas de produção e de comercialização da produção agropecuária.

Um quarto ponto destacado pela maioria dos trabalhos é a expansão do programa, especialmente nos últimos anos, para todas as municipalidades do país. Com isso, um número muito maior de agricultores familiares passou a ter acesso ao sistema financeiro e se integrou ao circuito da produção por meio dos benefícios do crédito rural disponibilizado pelo PRONAF.

Um quinto elemento destacado quase por unanimidade pelos estudos catalogados diz respeito às respostas produtivas do programa, ou seja, verifica-se a ocorrência de grande expansão da produção agropecuária no âmbito dos setores da agricultura familiar que são apoiados pelo PRONAF comparativamente àqueles produtores que não têm acesso aos benefícios dessa política pública. Isso significa que, em termos especificamente produtivos, há uma correlação positiva entre o sistema de financiamento e a evolução das quantidades produzidas e da própria produtividade das lavouras familiares. Este fato permite afirmar que o programa tem alta eficiência produtiva e se firma como a grande novidade da política agrícola do país.

Obviamente que os elementos anteriormente mencionados estão fortemente interligados com outros aspectos específicos, destacando-se:

a) *Expansão do volume líquido de crédito rural*: é inegável o grande aumento verificado na quantidade de recursos destinados a financiar a agricultura familiar, especialmente após o ano de 2002, quando o programa efetivamente se firma como uma política nacional de apoio ao setor da produção familiar do país;

b) *Impactos no ambiente socioeconômico local*: a maior oferta de crédito estimula os agricultores familiares a expandir sua produção, gerando-se externalidades positivas sobre outros indicadores econômicos e sociais dos municípios beneficiados pelo programa, como é o caso de aumentos no nível de emprego local, da arrecadação tributária local e do próprio PIB geral e setorial dos municípios;

c) *Melhorias das condições sociais dos agricultores familiares*: o aumento da produção deve estar gerando melhorias nas

condições de renda familiar, uma vez que muitos estudos constataram o forte predomínio da renda gerada pelas atividades agropecuárias na composição da renda total das famílias. Deve-se registrar que há um consenso mínimo entre os analistas do programa de que, devido ao nível de fragilidade de parte da agricultura familiar, sua situação econômica e social estaria em níveis mais precários caso não existisse o Pronaf;

d) *Ampliação da conscientização dos agricultores familiares*: por meio dos fóruns de debates estimulados pelo programa, mesmo com um nível de participação e envolvimento ainda precário, diversos estudos apontaram que está havendo avanços na esfera da conscientização dos agricultores em diversas dimensões, destacando-se a necessidade de ampliação do associativismo e da cooperação, do maior grau de envolvimento nos debates sobre os rumos do desenvolvimento rural etc.

Nesse processo de afirmação do programa como uma política nacional, a maioria dos estudos não deixou de enumerar um conjunto de obstáculos existentes, sendo que muitos deles acabam se transformando em limitações explícitas, impedindo que o PRONAF consiga alterar os rumos do desenvolvimento rural do país, conforme veremos na sequência.

Principais limites do programa apontados pelos estudos

De uma maneira geral, os estudos apontaram diversos elementos considerados como responsáveis pela existência de limitações do programa junto à sociedade rural. Um primeiro ponto diz respeito ao fato de que o PRONAF não conseguiu intervir adequadamente no sentido de mudar os mecanismos do padrão de desenvolvimento agrícola

que vigora no país desde o pós-guerra. Com isso, reforça-se o uso generalizado dos insumos modernos que servem de parâmetro para o padrão vigente, não produzindo as mudanças necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável para as áreas rurais. Com isso, vários estudos afirmaram que o viés produtivista está ocupando o centro das ações do programa.

Um segundo elemento geral, em parte decorrente da situação anterior, é que os planos de desenvolvimento rural discutidos e aprovados, especialmente na linha temática infraestrutura e serviços, praticamente se limitaram a encaminhar ações do programa, não conseguindo sequer intervir no debate sobre os rumos do desenvolvimento rural. Com isso, além de discussões precárias, alguns estudos apontaram que esses planos não continham parâmetros básicos capazes de induzir as discussões sobre a realidade atual da agricultura familiar e, muito menos, formular alternativas ao modelo em curso.

O terceiro ponto ressaltado por muitos estudos é a fragilidade do programa como instrumento para ajudar a promover mudanças para além da esfera da agricultura, ou seja, aquelas mudanças locais que são necessárias para se promover um desenvolvimento efetivamente sustentável. Neste caso, destacam-se os limites das ações da política sobre a estrutura agrária que continua cada vez mais concentrada, sobre a estrutura social local e sobre a estrutura que domina a política local.

Um quarto elemento presente nos estudos como limitação do programa é que a questão ambiental, como variável-chave no processo de construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, aparece muito mais como

retórica do que propriamente como um espaço necessário de ações planejadas que de fato priorizem o tema.

Um quinto ponto destacado pela grande maioria dos estudos refere-se ao campo financeiro do programa. Muitos trabalhos apontaram que as ações nessa área continuam restritas ao sistema de crédito rural, operado quase que exclusivamente pelos bancos estatais que acabam inibindo a emergência de um sistema de finanças de proximidade. Este sistema não teria apenas a função de repassar recursos públicos, mas de captar poupanças visando atender às mais variadas necessidades da população.

Parte desses problemas mencionados está interligada a outros aspectos específicos, destacando-se:

a) *Crédito rural concentrado*: não obstante os avanços verificados nos últimos anos, o montante total do crédito rural continua concentrado nas regiões Sul e Sudeste do país e com uma inserção bem menor na região Nordeste que responde numericamente pela metade dos agricultores familiares atualmente existentes. Com isso, alguns estudos chegaram a afirmar que esses mecanismos, na verdade, estão privilegiando as unidades familiares “mais eficientes” em detrimento daquelas mais fragilizadas;

b) *Crédito rural para safras agrícolas*: todos os estudos sobre o tema mostraram que há um enorme predomínio do crédito para custeio em relação ao baixo volume de recursos captados pelos agricultores familiares para a realização de investimentos nas unidades familiares de produção. Com isso, consolida-se entre os agricultores familiares um tipo de agricultura baseado no uso intensivo de insumos modernos, especialmente de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes selecionadas. Esse

modelo, ao mesmo tempo que apresenta resultados positivos em termos de expansão da produção agrícola, gera poucos efeitos sobre a capitalização das unidades familiares de produção, particularmente em termos de capital acumulado em máquinas e equipamentos;

c) *Modelo de financiamento do programa*: a lógica de funcionamento favorece a tendência à expansão da especialização da produção agropecuária, uma vez que o total do crédito de custeio é destinado para poucas culturas (soja, milho, feijão etc.). Ressalta-se que, guardadas as proporções, essa tendência é claramente percebida entre todas as categorias de beneficiários do programa, uma vez que prevalecem poucos produtos na cesta de bens produzidos, evidenciando que não se está estimulando de forma expressiva a diversificação produtiva da agricultura familiar, tanto numa perspectiva agrícola como não agrícola;

d) *Participação e gestão social da política pública*: a maioria dos estudos revelou que o envolvimento dos beneficiários na discussão, definição e implementação das diversas linhas de ações do programa é extremamente baixo e precário. Com isso, o processo de gestão social da política é tímido, e os espaços institucionais que deveriam estimular a democratização da política acabam se transformando em ações burocratizadas, em geral apenas com o intuito de garantir a liberação de recursos aos municípios.

Em linhas gerais, estes são os cenários (positivos e negativos) sobre o programa apontado, pelos estudos catalogados. Assim, acreditamos que este esforço inicial de sistematização da grande maioria das pesquisas e estudos produzidos ao longo dos últimos dez anos possa ser útil, tanto à comunidade acadêmica como aos agentes

de desenvolvimento rural, em especial aos formuladores de políticas públicas, no sentido de promover avanços nos conhecimentos sobre a realidade desta política específica que, com a aprovação recente da Lei Federal da Agricultura Familiar, passa a desempenhar um papel ainda mais relevante nos próximos períodos, comparativamente àquele desempenhado no primeiro decênio.

Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). *Texto para Discussão, Brasília: FIPE/IPEA 07/97*, n. 641, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Relatório Institucional da Secretaria de Agricultura Familiar*. Brasília: MDA/SAF, 2002.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, setembro/dezembro de 2001.
- ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, Maurício Blanco (org.). *Estrutura Agrária, Mercado de trabalho e pobreza rural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.
- ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J.E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Convênio FIPE/IPEA. Brasília: IPEA, 1999.
- ALBUQUERQUE, José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; NÓBREGA, Alex Figueiredo da; LACERDA, Ceci de Souza; MARIBONDONDO, Ovídio Ferreira. Integração entre assentados agrários e comunidades vizinhas. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, setembro/dezembro de 2005.
- _____; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. *Estudos de psicologia*, Natal, v. 9, n. 1, janeiro/abril de 2004.
- ALTAFIN, I. G.; DUARTE, L. M. G. Desenvolvimento sustentável e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40, Rio de Janeiro, julho de 2000.

- _____. *Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira*. Brasília: 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília.
- ALVES, Luiz Batista. *Avaliação de um programa de garantia de renda e crédito rural na agricultura*. Viçosa, MG: 1999, 87 p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal de Viçosa.
- _____. GOMES, Marília F. M.; LIMA, João E. de. Avaliação de um programa de garantia de renda e crédito rural na agricultura familiar. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40, Rio de Janeiro, julho de 2000.
- ANDREWS, Christina W. Anti-poverty policies in Brazil: reviewing the past ten years. *International Review of Administrative Sciences*. Londres: SAGE, 2004
- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. *Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul*. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 41, Juiz de Fora, julho de 2003.
- ASSIS, W. S.; SILVA, L. M. S. PRONAF e a agricultura familiar na Amazônia: uma questão de rever prioridades. In: SIMÕES, Aquiles Vasconcelos (org.). *Coleta amazônica: iniciativas em pesquisa, formação e apoio ao desenvolvimento rural sustentável na Amazônia*. Belém: UFPA/NEAF/SBSP, 2003.
- BANCO DO BRASIL, Diretoria de Agronegócios. O atendimento à agricultura familiar. *Revista de Política Agrícola*, [S.l.], Ano XIII, n. 4, out./dez. 2004.
- BARBOSA, Karine Maria Lobo; SOUSA, Eliane Pinheiro. *Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar no município de Mauriti-Ceará*. [S.l.: s. n.]
- BARROS, M. H. C.; VITTI, A.; BOTEON, M. Avaliação da situação atual do financiamento para o setor hortifrutícola. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 41, Juiz de Fora, 2003.
- BASTOS, Fernando. *Ambiente institucional no financiamento da Agricultura familiar: avanços e retrocessos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- BATISTA, Mônica Lucchesi. *Agricultura familiar no município de Jacuí-MG: Políticas públicas e sustentabilidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002
- BATISTELA, Everton Marcos. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural: avaliação da implementação do PRONAF no município de São Jorge*

- d'Oeste – PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000
- BEDIN, Odete Lucheta. *Participação dos agricultores familiares no PRONAF modalidade infra-estrutura: um estudo de caso no município de Tupãssi-PR*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- BIANCHINI, Valter; PERACI, Adoniram Sanches; NUNES, Sidemar Presoto. *A relação entre as reformas de descentralização e o desempenho dos serviços públicos no setor agropecuário – o caso do sul do Brasil*. Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER). In: Latin American Studies Association, Dallas, março de 2003.
- BITTENCOURT, Gilson Alceu; MENEZES, Sergio. As políticas para a agricultura familiar. In: *Seminário Internacional Políticas de Segurança Alimentar, Combate à Fome e à Pobreza Rural*, [S. l.], 2002
- _____. ABRAMOVAY, R. Inovações Institucionais no Financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol - *Anais do IIº Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional*. Campinas, CD-ROM.
- _____. MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, R.. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 16, n. 2 (28), 2005.
- _____. *Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente)-Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- BROCHI, Alberto Ercílio. PRONAF: fortalecendo a agricultura familiar. *Boletim de Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, [S. l.], v. 4, n. 11, outubro. 1999.
- BUSSENS, N. L.; PAULA, L. A. M. Análise sócio-econômica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Ceará: o caso do município de Acaraú. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40. Passo Fundo, 2002.
- _____. *Análise Sócio-econômica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Ceará: um estudo de caso do município de Acaraú*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- CABRAL, Mayra dos Santos. *PRONAF - Sua operação e indicação de distorções* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal de Uberlândia, 2001

- CABRAL, Silvio Thiago. Estudo sobre o crédito rural no município de Tubarão. *Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Agrários e Desenvolvimento Rural*, Brasília, [s.n.], jul. 2001. Disponível em: < www.nead.org.br >. Acesso em 06 junho de 2006.
- CAMPOS, Carlos Alberto; NUNES, Sidemar Presotto. *Políticas públicas descentralizadas como estratégia de gestão e monitoramento social: o caso do PRONAF infra-estrutural*. [S. l: s. n.]
- CAMPOS, Rodrigo Ferrarini de; CARDOSO, J. L. PRONAF: índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. *Informações Econômicas*, São Paulo: IEA, v. 34, n.11, novembro de 2004.
- _____. PRONAF: índices de financiamento e características da distribuição de crédito rural no Brasil de 1996 a 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas 2004.
- CARDOSO, A.; ORTEGA, A. C. Uma avaliação do PRONAF a luz da experiência europeia de desenvolvimento rural, o programa LEADER. In: *Congresso Internacional de Sociologia Rural*, 10, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. ORTEGA, A. C. Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: O PRONAF infra-estrutura. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6., 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política, v.1, 2001.
- CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, CPDA/UFRRJ, v. 8, Rio de Janeiro, abril de 1997.
- CARVALHO, Fátima Marília Andrade de; ALVARENGA, Ana Bárbara Cardoso. Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF B em Minas Gerais. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.
- CASTILHOS, Dino Sandro Borges de. *Capital social e políticas públicas: um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do PRONAF*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro; DELGADO, Nelson Giordano. A gestão do PRONAF infra-estrutura e serviços pelos conselhos municipais de desenvolvimento rural: evidências sobre o Estado de Santa Catarina. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40, Passo Fundo, 2002.

- _____. MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, S. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Cuiabá, 2004.
- CERQUEIRA, Patrícia da Silva; ROCHA, Ana Georgina. A agricultura familiar e o PRONAF: elementos para uma discussão. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 3, dezembro de 2002.
- CERQUEIRA, Jean Fábio Borba. *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e o desenvolvimento sustentável: o caso do município de Própria/SE*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, Aracajú, 2004.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CNSAN). *Políticas de Apoio e Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo*, 2004.
- CORREA, V. P.; CABRAL, M. S. Uma análise da implantação do PRONAF – indicação de distorções. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40., Rio de Janeiro, jul. 2000.
- _____. ORTEGA, Antonio César. PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – qual o seu real objetivo e público-alvo? *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 40., Passo Fundo, julho de 2002.
- _____. SILVA, Fernanda Faria. Análise das liberações recentes do PRONAF – uma mudança na lógica de distribuição? *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 43, Ribeirão Preto, 2005.
- COSTA, Fernando Bastos. Estabelecidos e outsiders no crédito rural: o caso do PRONAF B. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 44, Fortaleza, 2006.
- COSTA, Anita Aline Albuquerque; RIBEIRO, Tereza Cristina Almeida. O Associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 37, Foz do Iguaçu, 1999.
- COSTA, Sandra Barbosa da. *Os novos rumos da política agrícola no Brasil nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.
- DENARDI, R. A. *et al. Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná*. Curitiba: Emater, 2000.

- _____. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 2, n. 3, jul./set. de 2001.
- DIESEL, V. ; RAUPP, A. ; SCHEIBLER, J. ; SILVEIRA, P. R.C. . Fundos Rotativos Municipais de Crédito e Desenvolvimento Rural. In: FROEHLICH, José Marcos; DIESEL Vivien. (Org.). Espaço rural e desenvolvimento regional: estudos a partir da Região Central do RS. Ijuí: Editora da Unijui, v. 1, 2004.
- FAVERO, L. A.; SANTOS, M.; F. J. A. Análise de desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF em Pernambuco. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 40, Passo Fundo, 2002.
- FAVARETO, Arilson; DEMARCO, Diogo. Políticas públicas, participação social e as instituições para o desenvolvimento rural sustentável – uma avaliação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. *Relatório final de pesquisa*. Convênio 201087/01 - Plural/IICA (SAF/MDA). São Paulo/Brasília, abril de 2002.
- FEIJÓ, R. L. C.. Family farming and economic development: the case of Brazil. *Texto para Discussão*, São Paulo, v. 4, n. 24, 2001.
- FEIJÓ, R. L. C. *Avaliação preliminar do impacto do PRONAF na produtividade da agricultura familiar*. [S. l.: s. n.], 2003.
- FERREIRA, Adriana Vieira; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; TEIXEIRA, Erly Cardoso Teixeira. Custos e benefícios de um programa de garantia de renda aplicado ao PRONAF. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 37, n. 2, 1999.
- FERREIRA, Brancolina. *Desenvolvimento rural: Reforma Agrária, PRONAF e PAA*. BPS – 10, Brasília: IPEA, abril de 2005.
- FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G. *Reforma agrária e PRONAF: um balanço da implementação do “Novo Mundo Rural”*. INESC, [S. l.: s. a.].
- _____. SILVEIRA, F. G. A reforma agrária e o PRONAF nos anos FHC (1995 – 2002). In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 41., Juiz de Fora, julho de 2003.
- _____. SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. Avanços e problemas: o PRONAF visto de baixo. Rio de Janeiro: IPEA, maio 2002. REDE IPEA DE PESQUISA: PESQUISA BRA 97/13.
- FERREIRA, V. R., et al. A Fruticultura como alternativa da produção familiar no âmbito do PRONAF nos municípios de Campos de Goytacazes e São Francisco de Itaboana – RJ. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal, v. 25, n. 3, dezembro de 2003.

- _____. PONCIANO, N. J.; SOUZA, P. M. Alocação de recursos no planejamento da fruticultura como alternativa de produção familiar no âmbito do PRONAF na região Norte Fluminense – RJ. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 41, Juiz de Fora, 2003.
- FERREIRA, Paulinho Eduardo Ribeiro. *O perfil dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF investimento no município de Paraíso do Sul* – RS. Santa Maria, Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, s.d.
- FIGUEIREDO, A. M.; SILVA, M. A. P.; SANTOS, M. L. Distribuição estadual dos recursos do PRONAF e sua comparação com a renda dos produtores familiares. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, julho de 2006.
- F. FILHO, P; LIMA, E. T; PAULA, S. R. L. O papel do BNDES no financiamento ao investimento agropecuário. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 12, setembro de 2000.
- MATOS FILHO, João. *A descentralização das políticas de desenvolvimento rural – uma análise da experiência do Rio Grande do Norte*. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FLORES, Murilo. Desenvolvimento local: o caminho para o novo mundo rural. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Poços de Caldas, 1999.
- FROEHLICH, J. M.; ZANINI, W. A experiência de gestão social no PRONAF: o caso do conselho de desenvolvimento rural em São Pedro do Sul-RS. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005, *Anais...* Ribeirão Preto: FEARP-USP/SOBER .v. 1, 2005.
- FROZZA, Ari., et al. *Operações de crédito do PRONAF no financiamento da produção do fumo em folha*. Departamento de Estudos Sócios Econômicos Rurais (DESER): [S.l.], [s.d].
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA DE CAMPINAS (FECAMP). *Estudos de caso em campo para avaliação dos impactos do PRONAF*. Convênio PCT/IICA-PRONAF e Fundação de Economia de Campinas – FECAMP. Campinas, 2002
- GASQUES, J. G. ; FREITAS, R. E. ; BASTOS, E.T.; SILVA, H. D. P.; SILVA, A. R. Agricultura Familiar – PRONAF: análise de alguns indicadores. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para o autoconsumo? *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005.

_____. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção do autoconsumo no território do Alto Uruguai-RS*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOMES, Sônia Maria de Castro. *Análise da Implementação do PRONAF infraestrutura e crédito rural no Estado do Ceará - Sucessos e Entraves*. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001

GONÇALVES, José S.; SOUZA, Sueli A. M. Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito. *Instituto de Economia Agrícola – Secretaria de Agricultura e Abastecimento*. Disponível em: < <http://www.iesa.gov.br> > . Acesso em: 06 maio 2006.

GUSMÃO, Denilson Mascarenhas. *As possibilidades do fortalecimento da agricultura familiar: o PRONAF em Governador Valadares – MG*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2001.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. *Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná*. Curitiba, PR: PRONAF - IPARDES, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar. Avaliação de planos municipais de desenvolvimento rural – PMDRs em quatro estados: ES, MS, PE. *Relatório Final da Avaliação. Tomo I: Conjunto dos Quatro Estados*, 2001.

_____. Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas de Emprego. Avaliação do proger, proger rural e pronaf do fundo de amparo ao trabalhador – FAT (Contrato MTb/SPES/CODEFAT N°002/98, de 09/04/1998). *Relatório. Tomo I -conjunto dos estados (BA, CE, GO, MG, PR, RJ, RS, RO, RMSP)*. (Volume 1 - Resultados, Conclusões e Recomendações e v. 2 - Aspectos Gerais da Avaliação e Anexos), Junho de 1999.

INSTITUTO CEPA/SC *Avaliação do Pronaf infra-estrutura e serviços municipais*. Florianópolis: ICEPA, 2002.

- KAGEYAMA, Ângela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo: IEA, v. 50, n. 2, jul./dez. 2003.
- LIMA, I.A.; CARDOSO, J. L.; SANCHEZ GAMBOA, S. A. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: uma análise dos fundamentos científicos dos planos municipais de desenvolvimento rural no Estado de São Paulo. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. *A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola). Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MAGALHÃES, A. M.; DIAS, Fernando. A atuação do PRONAF em Pernambuco: uma análise a partir de microdados. In: *Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, 5, Recife, 2003.
- _____. NETO, Raul Silveira; DIAS, Fernando de Mendonça; BARROS, Alexandre Rands. A experiência recente do PRONAF em Pernambuco: uma análise através de propensity score. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 43, Ribeirão Preto, 2005.
- _____. FILIZZOLA, M.. The family farm program in Brazil: the case of Paraná. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005.
- MAGALHÃES, Reginaldo; ABRAMOVAY, Ricardo. *Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B.*, [S.l: s.a.], 2006.
- MARQUES, P. E. M.. Reflexões em torno das intervenções da linha infraestrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: *Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural*, Porto Alegre, 2002.
- _____. Concepções concorrentes em torno das políticas públicas de apoio à agricultura familiar: uma releitura sobre a construção do PRONAF. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Cuiabá, 2004.
- MARTINS, Aurélio José; ALENCAR, Júnia Rodrigues de; MENDONÇA, Elvino de Carvalho. Ocrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a eficiência técnica agrícola brasileira: uma análise para o período de 1996 a 2003. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.

- MATTEI, Lauro. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do PRONAF. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.
- _____. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, Belém, 2001.
- _____. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Balanço e Perspectivas*. Florianópolis (SC): UFSC/CSE/Departamento de Ciências Econômicas, 2001 (Texto para Discussão).
- MATUSZEWSKI, Suzete; SANTOS, Alvorci C. dos; PERONDI, Miguel A. Estudo do risco de operacionalização do crédito agrícola - PRONAF por uma cooperativa de crédito de agricultores familiares do sistema Cresol do sudoeste do paranaense. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, julho de 2000.
- MELO, Lígia Albuquerque de. *Relações de gênero na agricultura familiar: o caso do PRONAF em Afogados da Ingazeira - PE*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- MENEZES, Sílvio Thadeu de. *Participação dos agricultores familiares no programa PRONAF modalidade infra-estrutura: um estudo de caso em Santa Catarina*. 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MONTES, Clayton Luiz. Impacto do PRONAF sobre a agricultura familiar, 43p. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Curso de Pós-Graduação. Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2003
- MORAES, Jonildo Gilson Leite. Os aspectos da agricultura familiar e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: o caso da região cacauzeira da Bahia. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Foz do Iguaçu, 1999.
- MORAES, Alberto Dias de. Crédito Rural, sustentabilidade e cidadania: o caso PRONAF -Crédito na Agricultura Familiar do Semi-Árido Baiano. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004
- NETO, Martin Mundo. *Crédito para a agricultura familiar: um estudo no município de São Carlos*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.
- NEUMAN, Pedro Selvino; FERREIRA, Paulinho Eduardo Ribeiro. Análise do PRONAF como política pública de promoção e

- desenvolvimento da agricultura familiar - o caso do município de Três Palmeiras – RS. In: *Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural*, Porto Alegre, 2002.
- NUNES, S. P.; CORONA, H. M. P.; CAMPOS, C. A.. Políticas públicas descentralizadas como estratégia de gestão e monitoramento social: o caso do PRONAF infra-estrutura. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Cuiabá, 2004.
- OLALDE, Alicia Ruiz. MATOS, Eloina Néri de. PRONAF, Sistemas Agroflorestais e Desenvolvimento Sustentável no Baixo Sul da Bahia. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005.
- OLIVEIRA, Rodolfo Osório de. Desenvolvimento rural e participação social: o caso do conselho municipal de desenvolvimento rural de Ibiúna. In: *Congresso Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Juiz de Fora, 2003.
- _____. *Desenvolvimento e participação: o caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo*. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- OLIVEIRA, Maria Teresa Aparecida; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Política de estabilização de renda para a agricultura familiar: uma análise de risco. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 43, n. 1, jan./mar., 2005.
- OLIVEIRA, Francisco Alberto Bastos. Análise da contribuição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a sustentabilidade do assentamento Lagoa da Serra, Caucaia-CE. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- ORTEGA, A. C. ; CARDOSO, A. *Potenciais e limites de uma política de desenvolvimento local: o PRONAF Infra-estrutura*. In: Encontro Nacional de Economia Política, 6, 2001, São Paulo. Anais... São Paulo : Sociedade Brasileira de Economia Política, v. 1, 2001.
- PASSADOR, C. S.. Políticas públicas, redes e agricultura familiar em debate: a experiência do governo do Paraná. In: *Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública*, Panamá, 2003.
- PEREIRA, Lucília G. Travaglini Carvalho. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Análise do comportamento dos atores municipais: Estudo de caso em Espírito Santo do Pinhal, SP. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, 2000.

- PEREIRA, Lucília G. Travaglini Carvalho. Avaliação do PRONAF através do comportamento dos atores municipais: agentes financeiros, profissionais da rede de extensão rural oficial dos Estado e agricultores familiares. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Rural*, Juiz de Fora, 2003.
- PEREIRA, L. G. T. C.. PRONAF: política eficiente para resolver o problema dos assentados? *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Passo Fundo, 2002.
- PEREIRA, Lucilia Gonçalves Travaglini C. Avaliação do PRONAF através do Comportamento dos Atores Municipais: estudo de caso em Espírito Santo do Pinhal/SP. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- PERONDI, M. A. ; KIYOTA, N.. Políticas públicas e agricultura familiar: uma questão de singularidade. *In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Poços de Caldas. SUPREMA Gráfica e Editora Ltda, v. 2, 1998.
- PESSOA, Zoraide Souza. *A agricultura familiar como alternativa de geração de emprego e renda rural*. *In: GOMES, Aldenor (org.)*. Da mobilização às mudanças Sociais: dinâmica das novas ruralidades do Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis, 2006.
- _____. *Agricultura Familiar entre a realidade e a possibilidade de geração de emprego e renda*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.
- PRETTO, José Miguel. *Amplitude e restrições ao acesso do PRONAF – investimento no Rio Grande do Sul – um estudo de três operações de financiamento envolvendo cooperativas de crédito rural, cooperativas de produção agropecuária e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- RAVERA, Célia Beatriz. PRONAF, Agricultura Familiar em mudança: desafio de um novo paradigma? Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SANTOS, Almir Bispo dos. *O Estado e a Organização do Espaço da Agricultura Familiar - o PRONAF em Sergipe*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, 2003.
- SANTOS FILHO, João Mendes dos. Agricultura Familiar e PRONAF. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SCHAPPO, Sirlândia. Seletividade, migração e políticas públicas no meio rural. In: *Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural*, Porto Alegre, 2002.

_____. *Políticas Públicas no meio rural: o PRONAF e suas inter-relações com o fenômeno da migração na mesorregião Oeste de SC*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – relatório técnico das ações desenvolvidas no período 1995-1998*. Brasília: 1999. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1999.

SILVA, F. F.; CORRÊA, V. P.. Indicações de distorções na liberação de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a partir de suas modalidades: crédito, infraestrutura e capacitação. In: *Seminário de Economia: O desenvolvimento em compasso de espera: até quando?* Uberlândia, 2004.

_____; CORRÊA, Vanessa Petrelli; NEDER, Henrique Dantas. Estudo do perfil dos municípios receptores de recursos do PRONAF Crédito – uma comparação entre as captações da região sul e da região nordeste. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.

SILVA, Luciana Henrique da. Do PROCERA ao PRONAF: impactos sociais dos Programas de Crédito em assentamentos rurais. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

SOARES, B. C. Desafios para o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil: uma avaliação do PRONAF. In: *Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*, Recife, 2005.

SOARES, Bárbara Cobo. Agricultura familiar no Brasil: Propostas e avaliação dos resultados do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

SOUSA, Jânia Maria Pinho; VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do PRONAF – descentralização das aplicações do crédito rural? In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.

SOUSA, Tanara Rosângela Vieira; ABDALLAH, Patrícia Raggi. *Políticas públicas e atividades pesqueiras no Rio Grande do Sul*. [S.l: s.n.]

- SOUZA, Doraci Cabanilha de. *Processos sociais, agricultura familiar e a implementação do PRONAF infraestrutura e serviços: a experiência do Município de Araci*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- SOUZA, M. M. O.; FRANCIS, D. G.; BERNARDO, L. T. The importance of PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) in the implementation of Brazil Rural Development. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, julho de 2000.
- SPOLADOR, Humberto Francisco Silva. *Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura*. Dissertação (Mestrado em Ciências – área de concentração Economia Aplicada). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2002.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA Avaliação do PRONAF Crédito na Bahia. [S.l: s.n], 2002
- TEIXEIRA, L. C.; LEITE, A.; SANTOS, L. T.. Repensando as políticas de crédito rural. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Ribeirão Preto, 2005.
- TEIXEIRA, M. G., et al .O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): um enfoque na perspectiva democrática de Alain Touraine. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Fortaleza, 2006.
- TONNEAU, Jean-Philippe; AQUINO, Joacir Rufino; TEIXEIRA, Olívio Alberto. Modernização da agricultura familiar e exclusão social: o dilema das políticas agrícolas. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 22, n. 1, jan./abr. 2005.
- VEIGA, J. E.. Política agrícola diferenciada. *Reforma da Política Agrícola e Abertura Econômica*, editado por Erly Cardoso Teixeira e Wilson C. Vieira, Viçosa, IFV-FAPEMIG, 1996.
- VIANA, J.A.S.. O crédito rural do PRONAF e os desequilíbrios regionais. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 2, n. 3, novembro de 1998.
- VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Qual política para o campo Brasileiro?Do Banco Mundial ao PRONAF: a trajetória de um novo modelo? *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, Natal, 1997.

MATTEI, Lauro. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 56-97, ISSN 1413-0580.

Resumo: (*Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006*). O artigo apresenta o mapeamento da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006, abrangendo artigos científicos publicados em congressos e em periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, relatórios de pesquisas e outros materiais técnicos. Foram sistematizados 144 trabalhos, posteriormente classificados em três grandes grupos: “artigos científicos”; “dissertações e teses”; e “relatórios de pesquisas”. O conjunto desses trabalhos foi catalogado em sete linhas temáticas que indicam o centro de análise de cada estudo. Como conclusão geral, observou-se que todos os estudos apontaram pontos positivos do programa (descentralização das decisões, criação de conselhos gestores, expansão dos benefícios para todas as regiões do país, articulação entre atores públicos e privados etc.), bem como pontos negativos (planos de desenvolvimento rural limitados, crédito rural concentrado, baixa participação dos beneficiários, problemas no modelo de financiamento etc.). Assim, acredita-se que tal sistematização pode ser útil, tanto à comunidade acadêmica como aos agentes de desenvolvimento rural, no sentido de propiciar novos conhecimentos sobre esta política específica que, com a aprovação da Lei Federal da Agricultura Familiar, terá um papel ainda mais relevante nos próximos períodos.

Palavras-chave: agricultura familiar, PRONAF, produção acadêmica.

Abstract: *(The analysis of academic studies of the Brazilian National Program for Strengthening Family Farming (PRONAF) between 1996-2006).* This article presents a general picture of academic production on PRONAF between 1996 and 2006, including papers that were presented in workshops and seminars; dissertations and theses; and related research. In this study 144 papers were catalogued that were classified into three main groups: scientific articles, dissertations and theses, and related research. These papers were also distributed in seven paper types that indicate the main focus of each such product. The general conclusion of the work is that all papers point out some advantages of the program, like creation of councils, decentralization of decisions, program operative in all parts of the country, etc. At the same time, these papers highlighted the limits of this public policy, including concentration of rural credit, low participation by farmers, financial models of the program, etc. In this way, we hope that the article can be useful, especially for academic researchers and government agencies, which could improve knowledge about rural development and the role of this specific policy in coming years.

Key words: family farm, PRONAF, academic production.